

Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas
Procuradoria Geral

Concurso Público • Edital nº 002/2014 – MPTC

 <http://mptc.fepese.org.br>

Caderno de Prova



31 de agosto



70 questões



das 15:30 às 19:30 h



4 h de duração*

S3

Analista de Contas Públicas

Direito



Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Instruções

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**;
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 (cinco) alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

Conhecimentos Gerais

(30 questões)

Português

10 questões

Texto 1

“Formação do Brasil no Atlântico Sul”: o leitor que bateu o olho na capa do livro estará intrigado com o subtítulo. Quer dizer então que o Brasil se formou fora do Brasil? É exatamente isso: tal é o paradoxo histórico que pretendo demonstrar nas páginas seguintes.

Nossa história colonial não se confunde com a continuidade do nosso território colonial. Sempre se pensou o Brasil fora do Brasil, mas de maneira incompleta: o país aparece no prolongamento da Europa. Ora, a ideia exposta neste livro é diferente e relativamente simples: a colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola. Desde o final do século XVI, surge um espaço aterritorial, um arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola. É daí que emerge o Brasil do século XVIII. Não se trata, ao longo dos capítulos, de estudar de forma comparativa as colônias portuguesas no Atlântico. O que se quer, ao contrário, é mostrar como essas duas partes unidas pelo oceano se complementam num só sistema de exploração colonial cuja singularidade ainda marca profundamente o Brasil contemporâneo.

[...]

A propósito do modo de escrever, é preciso notar que o território do historiador da Colônia deve abranger toda a extensão da lusofonia, da documentação ultramarina onde estão registrados os contatos entre as culturas que nos formaram. Além do mais, numa cultura tradicionalmente oral como a noossa, um meio privilegiado de patentear a presença do passado consiste em dar relevo à perenidade das palavras. Das palavras, dos coloquialismos – ainda vivos agora – grafados nos textos, na linguagem das estradas, das ruelas e das praias brasileiras. Por isso, da leitura dos documentos e dos textos seiscentistas, retomei expressões que encadeiam a narrativa das oito partes do livro.

ALANCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. [prefácio].

1. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F) com base no texto 1.

- () A primeira frase do texto 1 pode ser assim reescrita, sem prejuízo de sentido ou gramatical: “Formação do Brasil no Atlântico Sul” – o leitor, que leu a capa do livro, deve estar curioso com o subtítulo.
- () Nas expressões sublinhadas no texto “colonização portuguesa”, “produção escravista”, “reprodução de escravos” e “exploração colonial” (segundo parágrafo), a primeira palavra corresponde à classe dos substantivos, sendo acompanhada por outra palavra ou expressão com valor de adjetivo.
- () O verbo querer, expresso pela forma verbal “quer” (sublinhada no primeiro e no segundo parágrafo), tem, nas duas ocorrências, o significado de desejar.
- () Os vocábulos sublinhados no texto “que” (primeiro parágrafo), “cuja” (segundo parágrafo) e “onde” (terceiro parágrafo) são pronomes relativos.
- () O pronome oblíquo “nos” e o possessivo “noossa”, que aparecem no terceiro parágrafo, têm como referência específica o autor e os leitores do seu livro.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. () V • V • F • F • F
- b. () V • F • V • F • F
- c. () F • V • V • V • V
- d. (X) F • V • F • V • F
- e. () F • F • F • V • V

2. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o texto 1.

- a. () O texto é escrito proeminentemente em primeira pessoa do singular, fato que sintaticamente revela envolvimento valorativo e emocional do autor em relação ao tema.
- b. () O texto apresenta um posicionamento neutro do autor em relação ao tema central, que aborda a expansão global do império português.
- c. (X) Trata-se de um texto de caráter argumentativo que propõe a ideia de que a relação entre Brasil e Angola, estabelecida no período colonial, ainda se mantém viva.
- d. () No primeiro parágrafo, o autor faz uma pergunta retórica com fins de enfatizar seu ponto de vista, sem que uma resposta seja esboçada no texto.
- e. () O autor faz uma crítica à forma conservadora de escrita da história das colônias, que tem se pautado em análise de documentos portugueses e de coloquialismos.

3. Assinale a alternativa **correta**, considerando o texto 1.

- a. () No segundo parágrafo, o vocábulo “Ora” tem valor temporal e remete ao momento em que o livro mencionado no texto foi escrito.
- b. (X) No segundo parágrafo, o sinal de dois pontos é usado na segunda e na terceira frase para anunciar um esclarecimento ou detalhamento do que foi dito antes.
- c. () Em “Sempre se pensou o Brasil fora do Brasil, mas de maneira incompleta” (segundo parágrafo), o vocábulo “mas” funciona como um articulador que contrapõe enunciados com orientações argumentativas contrárias.
- d. () No terceiro parágrafo, a expressão “A propósito do” pode ser substituída por “À cerca do”, sem prejuízo de sentido e sem ferir a norma culta da língua.
- e. () No terceiro parágrafo, em “[...] da documentação ultramarina onde estão registrados os contatos entre as culturas que nos formaram [...]”, a locução verbal sublinhada poderia estar no singular, concordando com o local do registro.

4. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F) com base no texto 1.

- () Em “Nossa história colonial não se confunde com a continuidade do nosso território colonial” o autor estabelece uma distinção entre tempo e espaço coloniais.
- () A construção “[...] o país aparece no prolongamento da Europa” se refere à forma como o Brasil tem sido comumente estudado em relação à história colonial.
- () Depreende-se que a escravidão, base da colonização portuguesa, possibilitou a emergência de um sistema socioeconômico com duas faces interligadas, uma no Brasil e outra em Angola.
- () Segundo o texto, a história do Brasil tem início no século XVIII, baseada em um sistema econômico lusófono e aterritorial.
- () Para o autor, não é possível ter acesso à tradição oral, pois ela se perde no tempo devido à falta de registro escrito.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. () F • F • V • V • F
- b. () F • V • F • V • V
- c. () V • F • V • F • V
- d. () V • V • F • F • V
- e. (X) V • V • V • F • F

5. Considere o trecho abaixo retirado do texto 1.

“Formação do Brasil no Atlântico Sul”: o leitor que bateu o olho na capa do livro estará intrigado com o subtítulo. Quer dizer então que o Brasil se formou fora do Brasil? É exatamente isso: tal é o paradoxo histórico que pretendo demonstrar nas páginas seguintes.

Assinale a alternativa **correta**.

- a. () A construção “Formação do Brasil no Atlântico Sul” é o título de um livro cujo subtítulo deve ser depreendido do texto prefacial.
- b. (X) A construção “paradoxo histórico” faz menção à ideia contraditória de que o Brasil teria se formado fora do Brasil.
- c. () O sinal de dois pontos, em ambos os casos, é usado para introduzir um exemplo ilustrativo do conteúdo expresso nos respectivos enunciados precedentes.
- d. () Há um deslize de pontuação no texto, pois deveria haver uma vírgula depois da palavra “que”, de forma a isolar a pergunta em: “Quer dizer então que, o Brasil [...]?”.
- e. () Em “o leitor que bateu o olho na capa do livro estará intrigado com o subtítulo”, o uso dos tempos verbais pretérito perfeito e futuro do presente em um mesmo enunciado está em desacordo com as regras de emprego dos tempos verbais.

6. Considere os trechos extraídos do texto 1.

- 1. “Desde o final do século XVI, surge um espaço aterritorial, um arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola.” (segundo parágrafo)
- 2. “É daí que emerge o Brasil do século XVIII.” (segundo parágrafo)

Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F).

- () Os constituintes “um espaço aterritorial” (em 1) e “o Brasil” (em 2) desempenham a função sintática de objeto direto dos verbos surgir e emergir, respectivamente.
- () Em 1, “dos enclaves da América portuguesa” e “das feitorias de Angola” exercem a função sintática de objeto indireto.
- () Em 1 e 2, “surge” e “emerge” estão no tempo verbal presente, mas remetem a uma referência temporal passada.
- () O vocábulo “daí” (em 2) faz referência à situação geográfica e histórica descrita em 1.
- () Em 2, a construção “É... que” tem valor enfático, podendo ser retirada sem prejuízo das relações sintáticas estabelecidas no período.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. () V•F•V•F•V
- b. () V•F•F•F•F
- c. () F•V•V•V•F
- d. () F•V•F•V•V
- e. (X) F•F•V•V•V

Texto 2

No tempo do futebol-arte

Entusiasta da miscigenação, Gilberto Freyre ajudou a criar a ideia de um modo tipicamente brasileiro de dar espetáculo com a bola nos pés.

A interpretação da identidade brasileira a partir da mestiçagem rendeu à obra de Gilberto Freyre (1900-1987) o reconhecimento e a controvérsia que ela merece. Seria de estranhar que um pensador dedicado a esses temas não incluísse em suas análises os significados do futebol para o país. E ele incluiu.

No clássico *Casa-Grande & Senzala*, publicado em 1933 e dedicado à formação da vida íntima da família patriarcal brasileira durante a Colônia, Freyre já menciona jogos com bola praticados por índios. Três anos depois, dá sequência às suas teses em *Sobrados & Mocambos*, e não deixa de pontuar os esportes como vias de acesso do mulato à ascensão social. O emergente esportista do final do século XIX situa-se ao lado do eminente bacharel, com diploma universitário.

A ideia de um “futebol-arte” brasileiro em oposição ao “futebol-científico” europeu é defendida por Freyre no livro *Sociologia*, de 1940. Era uma estratégia astuta do sociólogo, pois o futebol do país ainda não havia se consagrado mundialmente. A nação se ressentia de certa inferioridade em face do futebol praticado na Argentina, no Uruguai e em países da Europa, como Itália e Inglaterra. Ao privilegiar a exibição em detrimento da simples competição, Gilberto Freyre minimizava a escassez de triunfos e capitalizava os aspectos positivos que lhe interessavam ressaltar no futebol brasileiro – diferenciando-o do praticado por outras nações, vizinhas ou distantes.

Ao erigir em ícone os termos “futebol mulato” e “futebol arte”, a linguagem freyreana contribuiu para cristalizar uma autoimagem, hoje tão arraigada e compartilhada pelos brasileiros como uma espécie de segunda natureza.

BUARQUE DE HOLLANDA, Bernardo. [Adaptado] Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/no-tempo-do-futebol-arte>. Escrito em: 1/6/2014. Acessado em 16/8/2014.

7. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F) com base no texto 2.

- () O texto apresenta de forma cronológica a perspectiva de Gilberto Freyre sobre o futebol brasileiro.
- () Nas duas primeiras obras de Gilberto Freyre mencionadas no texto, há uma aproximação estabelecida entre futebol e identidades étnicas. Já na terceira, pode-se inferir uma associação entre “futebol-arte” e identidade brasileira.
- () Segundo Buarque de Hollanda, há um modo brasileiro de se jogar futebol que é herança da colonização lusitana.
- () Na opinião do autor do texto, o sentimento de inferioridade presente no “futebol-arte” em oposição ao “futebol-científico” se mantém ainda vivo no Brasil.
- () Para o autor do texto, a reflexão freyreana referente à formação da identidade brasileira não poderia ignorar o papel histórico do futebol no Brasil.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. (X) V • V • F • F • V
- b. () V • F • V • F • F
- c. () V • F • F • V • V
- d. () F • V • V • V • F
- e. () F • V • F • F • V

8. Apenas uma das alternativas abaixo **não** atende às regras de concordância verbal previstas em relação à norma culta da língua portuguesa.

Assinale a alternativa que apresenta desvio da norma.

- a. () És tu quem deve ficar com o livro de contos.
- b. () Os jurados acreditavam que nem um, nem outro estava com a razão.
- c. (X) Espera-se que 90% dos candidatos ao cargo de diretor compareça à reunião.
- d. () Uma parte considerável dos candidatos não atendeu às exigências do edital.
- e. () Uma das coisas que mais o irritam é a falta de inteligência dos funcionários.

9. Analise as afirmativas abaixo, considerando o texto 2.

1. Em “Três anos depois, dá sequência às suas teses em *Sobrados & Mocambos* [...]” (segundo parágrafo), o sinal indicativo de crase é opcional em “às”.
2. Em “[...] capitalizava os aspectos positivos que lhe interessavam ressaltar no futebol brasileiro [...]” (terceiro parágrafo), o pronome oblíquo sublinhado pode ser corretamente substituído por “o”, mantendo-se a mesma regência verbal.
3. O primeiro período do terceiro parágrafo (“A ideia...”) é constituído por uma oração na voz passiva.
4. Em “A nação se ressentia de certa inferioridade em face do futebol praticado [...]” (terceiro parágrafo), a expressão sublinhada pode ser corretamente substituída por “em face ao” ou pela forma reduzida “face o”.
5. Em “Ao erigir em ícone os termos “futebol mulato” e “futebol arte” [...]”, (último parágrafo), a expressão sublinhada poderia ser substituída por “tombar como relíquia”, sem prejuízo do sentido da frase.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. (X) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 5.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- e. () São corretas apenas as afirmativas 3, 4 e 5.

10. Analise as afirmativas abaixo, considerando os textos 1 e 2.

1. Os textos fundamentam-se na ideia de que a colonização portuguesa teve como base a prática da miscigenação oriunda do sistema escravista.
2. Os textos enfocam diferentemente a história colonial do Brasil, sendo que o primeiro prioriza aspectos externos e o segundo aborda basicamente aspectos internos ao país.
3. Enquanto o texto 1 enfoca temas socioeconômicos vinculados à histórica colonial, o segundo prioriza aspectos socioculturais.
4. Não é possível comparar os dois textos, uma vez que são de natureza distinta e de autores de diferentes épocas que abordam temas incompatíveis entre si.
5. Ambos os textos revelam posicionamentos avaliativos dos autores em relação ao processo histórico de formação do Brasil.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 5.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. (X) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 5.
- e. () São corretas apenas as afirmativas 2, 4 e 5.

Controle Externo

10 questões

11. Assinale a alternativa que indica **corretamente** a natureza da eficácia das decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa.

- a. (X) título executivo
- b. () título declaratório
- c. () título de dívida pública
- d. () título representativo de débito
- e. () certidão de dívida ativa

12. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei de acesso à informação.

- a. () Não cabe recurso contra a decisão administrativa que indeferir o acesso a informações ou às razões da negativa do acesso.
- b. () Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades públicas desde que demonstrados os motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- c. () Os Municípios com população de até dez mil habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet dos dados de interesse coletivo ou geral por eles produzidos ou custodiados, bem como isentos de divulgar, em tempo real, as informações relativas à execução orçamentária e financeira.
- d. () O acesso à informação compreende a divulgação de informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos, mesmo que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- e. (X) É dever dos órgãos e das entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

13. Assinale a alternativa **correta** acerca do procedimento de consulta de acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

- a. () A consulta deverá versar sobre interpretação de lei ou questão formulada em concreto.
- b. (X) O Tribunal Pleno poderá determinar o arquivamento da consulta, remetendo ao consulente cópia de julgados anteriores quando o assunto a que se refere for objeto de prejulgado.
- c. () As consultas serão apreciadas e decididas pelos Auditores substitutos, após parecer prévio da assessoria jurídica do Tribunal.
- d. () O tribunal de Contas não responderá às consultas que não contiverem indicação precisa da dúvida ou controvérsia suscitada.
- e. () No âmbito estadual apenas o Governador do Estado é legitimado a formular consulta, ao passo que a legitimação municipal restringe-se ao Prefeito.

14. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

- a. () O prejulgado tem caráter informativo e não poderá ser aplicado no exame processual em tese.
- b. () Para constituir prejulgado, a decisão tomada pelo Tribunal Pleno deve ser aprovada por maioria simples dos Conselheiros que o compõem.
- c. () A arguição de inconstitucionalidade suspenderá o processo que estiver em fase de julgamento e será apreciada, preliminarmente, decidindo-se, em seguida, o caso concreto.
- d. (X) A decisão que, por dois terços dos membros, negar cumprimento à lei ou ato considerado inconstitucional, constituirá para o futuro, norma definitiva e de aplicação obrigatória nos casos análogos.
- e. () Tornada definitiva a decisão denegatória da aplicação da lei ou ato, o Tribunal representará ao Presidente da Assembleia Legislativa, para os devidos fins.

15. Analise as afirmativas abaixo de acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

1. É dispensada a manifestação do Ministério Público no recurso de Embargos de Declaração.
2. São etapas do processo a instrução, o Parecer da Procuradoria-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, o julgamento ou a apreciação, e os recursos.
3. Os prazos serão computados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.
4. O pedido de Revisão suspende a execução da decisão definitiva.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c. (X) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. () São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

16. Analise as afirmativas abaixo sobre as finalidades do sistema de controle interno, de acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

1. Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução de programas de governo e dos orçamentos do Estado.
2. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, nos órgãos e nas entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
3. Exercer o controle das operações de crédito, avais e outras garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado.
4. Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. (X) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

17. Assinale a alternativa **correta** sobre o processo de julgamento de contas, de acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

- a. () Do parecer prévio emitido sobre as contas prestadas pela Câmara de Vereadores não cabe recurso, devendo o interessado aguardar a decisão final do Tribunal para recorrer.
- b. (X) A deliberação em Pedido de Reapreciação formulado pela Câmara de Vereadores constitui a última e definitiva manifestação do Tribunal sobre a prestação de contas anual do Município.
- c. () Do parecer prévio emitido sobre as contas prestadas pelo Prefeito cabe pedido de revisão formulado por ele no que diz respeito às contas do período de seu mandato, no prazo de trinta dias contados da publicação do parecer prévio no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas.
- d. () A elaboração do parecer prévio deve individualizar a responsabilidade dos administradores e demais responsáveis de unidades gestoras, por dinheiros, bens e valores, cujas contas serão objeto de julgamento pelo Tribunal.
- e. () Somente por decisão de três quintos dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer prévio do Tribunal sobre as contas prestadas pelo Prefeito.

18. Assinale a alternativa **correta** sobre o processo de fiscalização de atos e contratos administrativos, de acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

- a. () No caso de ato administrativo, vencido o prazo fixado pelo Tribunal sem que o responsável tenha adotado as providências para o exato cumprimento da lei, o Tribunal comunicará o fato ao Poder Legislativo a quem compete solicitar de imediato ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- b. () Se o Poder Legislativo ou o Poder Executivo, no prazo de sessenta dias, não efetivar as medidas propostas, o Tribunal decidirá a respeito da sustação da execução do ato ou contrato, podendo aplicar multa aos responsáveis.
- c. (X) Constatada ilegalidade ou irregularidade quanto à legitimidade ou economicidade de ato ou contrato, o Relator ou o Tribunal determinará a audiência do responsável para, no prazo estabelecido no regimento interno, apresentar justificativa.
- d. () Persistindo a ilegalidade do contrato, o Tribunal, na forma estabelecida no regimento interno, sustará a sua execução e aplicará ao responsável a multa, comunicando a decisão ao Poder Legislativo.
- e. () Configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade que resulte enriquecimento indevido, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em prestação de contas especial.

19. Assinale a alternativa que indica **corretamente** o prazo para análise e julgamento de todos os processos administrativos relativos a administradores e demais responsáveis e a publicação de decisão definitiva por parte do Tribunal, de acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

- a. () 1 ano
- b. () 2 anos
- c. () 3 anos
- d. (X) 5 anos
- e. () 10 anos

20. Assinale a alternativa **correta** sobre o processo de prestação ou tomada de contas, de acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

- a. (X) A liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente sanará o processo, se esta for a única irregularidade observada nas contas.
- b. () As contas serão julgadas irregulares quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário.
- c. () O responsável que não acudir à citação será considerado revel, para todos os efeitos, suspendendo-se o processo até a nomeação de um defensor dativo.
- d. () A decisão pela qual o Tribunal ordena o trancamento das contas que forem consideradas iliquidáveis é considerada terminativa.
- e. () Definitiva é a decisão pela qual o Tribunal julga regulares, regulares com ressalva ou irregulares as contas.

MP Junto ao Tribunal de Contas 5 questões

21. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a estrutura organizacional da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas.

- a. (X) Ao Gabinete do Procurador Geral compete acompanhar os serviços prestados pelos Procuradores.
- b. () À Direção Geral compete prestar assessoria ao Procurador-Geral no desempenho das atividades administrativas e de representação política e social.
- c. () O Conselho de Procuradores é composto por cinco membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, escolhidos pelo critério de antiguidade.
- d. () Ao Serviço de Administração de Pessoal, subordinado diretamente à Direção Geral, compete processar a folha de pagamento da Procuradoria.
- e. () O Corpo de Procuradores é integrado por sete membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e é o órgão de deliberação superior da Procuradoria.

Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas

22. Acerca do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, assinale a alternativa **correta** de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- a. () Os Procuradores da Fazenda junto ao Tribunal de Contas exercerão as funções do Ministério Público especial.
- b. () A Constituição federal conferiu ao Ministério Público especial, junto aos Tribunais de Contas, autonomia administrativa, financeira e funcional, como sucede ao Ministério Público comum.
- c. (X) O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas possui fisionomia institucional própria, que não se confunde com a do Ministério Público comum, sejam os dos Estados, seja o da União.
- d. () O Ministério Público especial junto aos Tribunais de Contas estaduais, por dispor de personalidade institucional própria, não está, para nenhum efeito, vinculado a Cortes de Contas junto as quais oficia.
- e. () A investidura no cargo de Procurador-Geral, no Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, será por meio da formação de lista tríplice para sua escolha, depois, por nomeação pelo Presidente do Tribunal de Contas respectivo.

23. Ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina compete:

- a. () Promover a defesa dos interesses dos Poderes e da Administração Pública.
- b. (X) Emitir parecer em todos os processos sujeitos a julgamento no Tribunal de Contas.
- c. () Promover diligência de qualquer natureza, quando autorizado em procedimento de audiência do Plenário do Tribunal de Contas.
- d. () Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado.
- e. () Zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.

24. Assinale a alternativa **correta** em relação aos Recursos ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

- a. () Os Embargos de Declaração serão opostos por escrito pelo responsável, interessado ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro de cinco dias contados a partir da publicação da decisão no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas.
- b. () Apenas o responsável no processo ou seus sucessores têm legitimidade para propor recurso de revisão, quando se verificar superveniência de documentos, com eficácia sobre a prova produzida.
- c. () De decisão preliminar do Tribunal e das Câmaras e de despacho singular do relator que ordenar citação e audiência cabe Agravo, sem efeito suspensivo, podendo ser interposto pelo responsável, interessado ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
- d. () O Recurso de Revisão proposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas com base em falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão que se pretende rever suspende a execução da decisão definitiva.
- e. (X) O Recurso de Reexame, com efeito suspensivo, poderá ser interposto uma só vez por escrito, pelo responsável, interessado, ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de trinta dias contados a partir da publicação da decisão no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas.

25. Assinale a alternativa **correta** acerca da composição do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

- a. () É composto de um Procurador-Geral, um Procurador-Geral Adjunto, um Procurador Corregedor e cinco Procuradores, bacharéis em Direito.
- b. () É composto de um Procurador-Geral, um Procurador-Geral Adjunto e seis Procuradores, bacharéis em Direito.
- c. () É composto de um Procurador-Geral, um Procurador-Geral Administrativo, um Procurador-Geral Adjunto, um Procurador Corregedor e três Procuradores, bacharéis em Direito.
- d. (X) É composto de um Procurador-Geral, um Procurador-Geral Adjunto e três Procuradores, bacharéis em Direito.
- e. () É composto de um Procurador-Geral, um Procurador-Geral Adjunto, um Procurador-Geral Administrativo e três Procuradores, bacharéis em Direito.

Informática

5 questões

26. Com relação à ferramenta *compactar apresentação* do aplicativo Impress (BrOffice.org / LibreOffice) versão 4.0.4.2 em português, considere as seguintes afirmativas:

1. Permite excluir páginas mestres em desuso e com isso reduzir ainda mais o tamanho da apresentação.
2. Permite comprimir as imagens utilizadas na apresentação e inclusive definir a qualidade das imagens JPG.
3. Permite excluir slides ocultos e com isso reduzir ainda mais o tamanho da apresentação.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () É correta apenas a afirmativa 3.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. (X) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

27. No que diz respeito ao trabalho com tabelas no aplicativo Writer (BrOffice.org / LibreOffice) versão 4.0.4.2 em português, pode-se:

1. Adicionar um título às tabelas criadas no Writer e inclusive instruir o Writer a repeti-lo nas demais páginas, caso a tabela ocupe mais de uma página.
2. Autoajustar a altura das colunas da tabela.
3. Inserir uma ou mais fórmulas para calcular Seno, Cosseno e Tangente.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () É correta apenas a afirmativa 1.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- c. (X) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. () São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

28. Para editar o conteúdo de uma dada célula no aplicativo Calc (BrOffice.org / LibreOffice) versão 4.0.4.2 em português, sem utilizar o duplo clique do mouse, pode-se utilizar:

- a. (X) F2
- b. () F3
- c. () Ctrl + U
- d. () Ctrl + W
- e. () Ctrl + Z

29. No contexto do aplicativo Impress (BrOffice.org / LibreOffice) versão 4.0.4.2 em português, OLE refere-se à(ao):

- a. () Cronômetro que permite gravar a apresentação e aferir o tempo utilizado em cada slide.
- b. (X) Tecnologia que permite incorporar e vincular outros objetos à apresentação.
- c. () Forma de apresentação de slides com transições animadas entre slides.
- d. () Forma de apresentação de slides com transições automáticas entre slides.
- e. () Player de mídia do Impress que permite a reprodução de vídeos.

30. São todas funções financeiras válidas do aplicativo Calc (BrOffice.org / LibreOffice) versão 4.0.4.2 em português:

1. LUCRO
2. TAXA.NOMINAL
3. TAXA.EFETIVA
4. VPL

Assinale a alternativa que indica todos os itens **corretos**.

- a. () São corretos apenas os itens 2 e 4.
- b. () São corretos apenas os itens 1, 2 e 3.
- c. () São corretos apenas os itens 1, 2 e 4.
- d. (X) São corretos apenas os itens 1, 3 e 4.
- e. () São corretos apenas os itens 2, 3 e 4.

Coluna
em Branco.
(rascunho)

Conhecimentos Específicos

(40 questões)

31. Sobre a organização do Estado, assinale a alternativa **correta**.

- a. () A faixa de até cento e cinquenta metros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional.
- b. (X) O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
- c. () Em matéria de competência comum legislativa, a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- d. () A competência para legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal.
- e. () Os potenciais de energia hidráulica, que estiverem no seu domínio, são considerados bens dos Estados, excluídas aquelas sob domínio da União.

32. Analise as afirmativas abaixo de acordo com a Organização dos Poderes.

1. Cada Território elegerá quatro Senadores.
2. Os Senadores serão eleitos com dois suplentes.
3. A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.
4. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- c. (X) São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- e. () São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

33. Assinale a alternativa **correta**.

- a. () A matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- b. () O veto parcial do Presidente da República a Projeto de Lei, no todo ou em parte, inconstitucional, ou contrário ao interesse público somente abrangerá o texto integral do artigo.
- c. () As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Senado Federal.
- d. (X) A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
- e. () As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.

34. Analise as afirmativas abaixo acerca dos direitos e das garantias fundamentais.

1. Não cabe condenação em honorários de advogado na ação de mandado de segurança.
2. Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.
3. Compete às respectivas Turmas Recursais o processamento e julgamento de mandado de segurança impetrado contra ato de Juizado Especial.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () É correta apenas a afirmativa 1.
- b. () É correta apenas a afirmativa 3.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- e. (X) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

35. Analise as afirmativas abaixo acerca dos direitos e das garantias fundamentais dos trabalhadores urbanos e rurais.

1. É vedada a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
2. É assegurado o pagamento de seguro-desemprego, em caso de despedida por justa causa.
3. É assegurado o direito a ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de dois anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
4. O repouso semanal remunerado deverá ocorrer preferencialmente aos sábados e domingos.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. (X) É correta apenas a afirmativa 1.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- e. () São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

36. Assinale a alternativa **correta** acerca dos direitos e das garantias fundamentais.

- a. () Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e aqueles que estiverem no exercício de serviço militar.
- b. () A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor um ano da data de sua publicação.
- c. (X) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- d. () Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica após registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
- e. () A fidelidade partidária assegura aos partidos políticos a vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

37. Assinale a alternativa **correta** acerca dos direitos e das garantias fundamentais.

- a. () As normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais têm aplicação mediata.
- b. (X) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- c. () Os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- d. () A lei considerará crimes afiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
- e. () As provas obtidas por meios ilícitos poderão ser admitidas no processo, quando ficar devidamente comprovada a dificuldade em obtê-las.

38. De acordo com a Constituição do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta** sobre o Ministério Público.

- a. () Cabe ao Ministério Público estadual velar pelas autarquias e fundações.
- b. () A nomeação do Procurador-Geral de Justiça será feita no prazo de dez dias, devendo o Governador do Estado dar-lhe posse imediata.
- c. () Os membros do Ministério Público adquirem estabilidade na carreira após três anos de efetivo exercício, não podendo perdê-la o senão por sentença judicial transitada em julgado.
- d. (X) É função institucional do Ministério Público promover a ação de responsabilidade civil dos infratores de normas penais ou extrapenais, por atos ou fatos apurados em comissões parlamentares de inquérito.
- e. () É garantida a inamovibilidade do membro do Ministério Público, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente, integrante de sua estrutura, por voto da maioria simples de seus membros, assegurada ampla defesa.

39. Analise as afirmativas abaixo sobre o Ministério Público.

1. A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas na Constituição Federal afasta a de terceiros, nas mesmas hipóteses.
2. Compete ao Ministério Público promover, privativamente, a ação penal pública e privada.
3. É função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos
4. O Ministério Público pode exercer outras funções que lhe forem conferidas por lei, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe, inclusive, incumbida a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. (X) É correta apenas a afirmativa 3.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- e. () São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

40. Identifique abaixo as afirmativas que indicam as vedações impostas aos membros do Ministério Público.

1. Exercer a advocacia.
2. Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.
3. Participar de sociedade comercial, na forma da lei.
4. Exercer atividade político-partidária.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- e. (X) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

41. Assinale a alternativa **correta** sobre o Ministério Público.

- a. () A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
- b. (X) É vedado ao membro do Ministério Público exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- c. () O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quinze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de três anos, admitida uma recondução.
- d. () São princípios institucionais do Ministério Público a vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado; a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa; e a irredutibilidade de subsídio.
- e. () O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita.

42. Em matéria de orçamento público, assinale a alternativa que indica **corretamente** o instrumento legislativo que cabe estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e o funcionamento de fundos.

- a. () Lei ordinária
- b. (X) Lei complementar
- c. () Emenda constitucional
- d. () Medida provisória
- e. () Decreto executivo

Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas

43. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa.

- a. () O ressarcimento integral do dano é decorrente da lesão dolosa ao patrimônio público. Em se tratando de ação culposa, a responsabilidade do agente será proporcional ao seu grau de culpa.
- b. () Apenas os agentes públicos de nível hierárquico superior são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.
- c. () Àquele que induzir ou concorrer para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiar sob qualquer forma direta ou indireta, estará sujeito às penas da lei de improbidade se comprovado o vínculo efetivo com o Estado.
- d. () O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações legais até o limite do valor do prejuízo ou lucro auferido.
- e. (X) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

44. Assinale a alternativa que constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

- a. () Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- b. () Permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilícitamente.
- c. () Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento
- d. (X) Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- e. () Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.

45. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa.

- a. () A declaração de bens será atualizada na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.
- b. () A exigência de apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado é exclusiva para os ocupantes de cargos ou função de confiança.
- c. (X) Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.
- d. () Mesmo que em conformidade com o Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, o agente público não poderá substituir a declaração de bens e valores pela cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal.
- e. () A declaração de bens e valores do patrimônio pessoal do agente compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizados no País ou no exterior, não podendo em nenhuma hipótese abranger os bens e valores patrimoniais de terceiros.

46. Em matéria de orçamento público, assinale a alternativa **correta** de acordo com a Constituição Federal.

- a. () É vedado qualquer tipo de emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias.
- b. (X) A abertura de crédito suplementar ou especial depende de prévia autorização legislativa e de indicação dos recursos correspondentes.
- c. () A concessão ou utilização de créditos ilimitados deve estar prevista na lei orçamentária anual.
- d. () A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro não depende de prévia autorização legislativa.
- e. () A realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais deve ser compatível com o plano plurianual.

47. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa.

- a. () A ação principal, que terá o rito sumário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.
- b. () Estando a inicial da ação de improbidade administrativa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do réu para apresentar contestação.
- c. () Não cabe recurso contra a decisão que receber a petição inicial da ação de improbidade administrativa.
- d. (X) Em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade, o juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito.
- e. () Recebida a petição inicial da ação de improbidade, será o réu notificado para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de quinze dias.

48. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

- a. () O projeto de lei orçamentária anual, por ser de curta duração e execução, está dispensado de ser compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- b. () A reserva de contingência prevista na lei orçamentária anual tem por objetivo compensar a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- c. (X) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- d. () A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração inferior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão,
- e. () Ao consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada, deverá o Chefe do Poder ou órgão justificar o seu montante.

49. Analise as afirmativas abaixo de acordo com as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

1. Em caso de prática de ato de improbidade administrativa que atente contra os princípios da administração pública, o agente estará sujeito a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.
2. Em caso de prática de ato de improbidade administrativa que cause lesão ao erário, o agente estará sujeito às penas de ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.
3. Em caso de prática de ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito, o agente estará sujeito às penas de ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. (X) É correta apenas a afirmativa 1.
- b. () É correta apenas a afirmativa 2.
- c. () É correta apenas a afirmativa 3.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. () São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

50. Assinale a alternativa **correta** acerca do pregão.

- a. () O acolhimento de recurso importará a invalidação de todo o procedimento licitatório.
- b. () O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a oito dias.
- c. () Julgados os recursos, a autoridade competente fará a homologação do objeto da licitação ao licitante vencedor.
- d. () No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até trinta por cento superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
- e. (X) A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, após declarado o vencedor, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

51. Analise as afirmativas abaixo em matéria de licitações e contratos.

- 1. Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência aos bens e serviços produzidos no País.
- 2. As obras, serviços, exceto publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão precedidas de licitação.
- 3. A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () É correta apenas a afirmativa 2.
- b. () É correta apenas a afirmativa 3.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- d. (X) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- e. () São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

52. Assinale a alternativa **correta** em matéria de licitações e contratos.

É dispensável a licitação:

- a. () quando a licitação anterior for frustrada e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- b. (X) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- c. () para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- d. () nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, pelo prazo máximo de cento e vinte dias, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
- e. () para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

53. Assinale a alternativa que indica **corretamente** a periodicidade em que o relatório de gestão fiscal deve ser emitido pelos titulares dos poderes e órgãos, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

- a. (X) Ao final de cada quadrimestre.
- b. () No primeiro trimestre do ano.
- c. () No prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre.
- d. () No último bimestre do exercício fiscal.
- e. () Em até 30 dias após o encerramento do semestre.

54. Assinale a alternativa **correta** em matéria de licitações e contratos.

- a. () A inabilitação do licitante não o impedirá de participar das fases subsequentes.
- b. () É lícita a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos.
- c. (X) Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.
- d. () Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos, exclusivamente, por pessoa jurídica de direito público.
- e. () As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, propriedade e localização prévia.

55. Em matéria de servidor público, assinale a alternativa **correta** de acordo com a Constituição Federal.

- a. () Após adquirida a estabilidade trienal, o servidor público não poderá perder o cargo.
- b. () Lei complementar federal, estadual ou municipal poderá estabelecer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
- c. () Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- d. (X) O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.
- e. () Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime próprio de previdência social.

56. Analise as afirmativas abaixo em matéria de licitações e contratos.

- 1. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- 2. A critério da comissão de licitação, o edital de convocação poderá prever a utilização de elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado como forma de critério de julgamento.
- 3. Todos os documentos e as propostas serão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão.
- 4. Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- c. (X) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. () São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

57. Assinale a alternativa que corresponde **corretamente** à duração do contrato administrativo cujo objeto seja o aluguel de equipamentos e a utilização de programas de informática.

- a. () 120 dias
- b. () 12 meses
- c. (X) 48 meses
- d. () 60 meses
- e. () 60 meses, podendo ser prorrogado em caráter excepcional por até doze meses

58. Analise as afirmativas abaixo sobre o Estatuto do Servidor Público Civil do Estado de Santa Catarina.

1. Será suspensa a contagem do período do estágio probatório do servidor afastado a qualquer título, exceto férias e o exercício de cargo comissionado com atribuições afins às do cargo efetivo.
2. O funcionário nomeado para cargo ou função de confiança fica sujeito a um período de estágio probatório de três anos, com o objetivo de apurar os requisitos necessários à confirmação no cargo para o qual foi nomeado.
3. A avaliação do estágio probatório será efetuada por uma comissão de, no mínimo, três membros designados pelo titular do órgão.
4. A quitação com as obrigações militares e eleitorais é um dos requisitos básicos para o estágio probatório.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. (X) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- e. () São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

59. Assinale a alternativa que corresponde à denominação dada à licitação com objetos similares e com realização prevista para intervalos não superiores a trinta dias.

- a. () licitação dispensada
- b. () licitação sucessiva
- c. () licitação deserta
- d. () licitação fracassada
- e. (X) licitação simultânea

60. Assinale a alternativa **correta** sobre o crime de apropriação indébita previdenciária.

- a. () Se o agente for primário e tiver bons antecedentes poderá o juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa.
- b. (X) Nas mesmas penas incorre quem deixar de pagar benefício devido a segurado, quando as respectivas cotas ou valores já tiverem sido reembolsados à empresa pela previdência social.
- c. () Se o agente promover, após o início da ação fiscal e antes de oferecida a denúncia, o pagamento da contribuição social previdenciária, inclusive acessórios, o juiz poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.
- d. () É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, antes do início da ação fiscal.
- e. () É extinta a punibilidade se o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais.

61. Assinale a alternativa que indica **corretamente** o crime praticado por quem atestar ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem.

- a. () Falsificação de documento público
- b. () Falsificação do selo ou sinal público
- c. () Falsidade material de atestado ou certidão
- d. (X) Certidão ou atestado ideologicamente falso
- e. () Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica

62. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

- a. (X) Nos Municípios que não sejam capitais e que tenham menos de duzentos mil habitantes, os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de 180 dias.
- b. () Os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de noventa dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.
- c. () A divulgação dos resultados da apreciação das contas, julgadas ou tomadas, será restrita ao interessado e ao órgão do Ministério Público.
- d. () A análise da prestação de contas de Poder ou órgão, pendentes de parecer prévio, ficará suspensa enquanto o Tribunal de Contas estiver em recesso e será colocada na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.
- e. () A prestação de contas será emitida pelos titulares dos Poderes e órgãos, assinada pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, e evidenciará o atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

63. Analise as afirmativas abaixo de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. São instrumentos de transparência da gestão fiscal:

1. a prestação de contas e o respectivo parecer prévio.
2. relatório de gestão fiscal.
3. a lei de diretrizes orçamentárias.
4. o relatório resumido da execução orçamentária.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. (X) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

64. De acordo com a Lei nº 4320, de 1964, assinale a alternativa que corresponde ao princípio segundo o qual a Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.

- a. () Princípio da unidade
- b. () Princípio da anualidade
- c. (X) Princípio da especificação
- d. () Princípio da universalidade
- e. () Princípio da cobertura integral

65. Assinale a alternativa que indica **corretamente** como os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos deverão ser contabilizados, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

- a. () Despesas de Pessoal
- b. () Despesas de contrato com pessoal
- c. () Despesas obrigatórias de caráter continuado
- d. () Despesas diversas de transferência
- e. (X) Outras Despesas de Pessoal

66. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei nº 4320, de 1964.

- a. (X) A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
- b. () Após aprovado o quadro de cotas trimestrais da despesa, o Poder Executivo não poderá mais alterá-lo durante o exercício.
- c. () Para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de utilização não superior a dois anos.
- d. () Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, inclusive eventuais deduções.
- e. () Consideram-se subvenções as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços.

67. Analise as afirmativas abaixo de acordo com a Lei nº 4320, de 1964.

1. Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas
2. Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação
3. Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração
4. Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. (X) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

68. Assinale a alternativa **correta** em relação aos estágios cronológicos da execução da despesa pública de acordo com a Lei nº 4.320/64.

- a. () liquidação, empenho e pagamento
- b. () liquidação, pagamento e empenho
- c. () pagamento, liquidação e empenho
- d. (X) empenho, liquidação e pagamento
- e. () empenho, pagamento e liquidação

69. Assinale a alternativa que corresponde **corretamente** aos princípios a serem obedecidos pela Lei do Orçamento, de acordo com a Lei nº 4320, de 1964.

- a. () anterioridade, unidade e igualdade
- b. (X) unidade, universalidade e anualidade
- c. () especificidade, universalidade e pessoalidade
- d. () anualidade, seletividade e uniformidade geográfica
- e. () anterioridade, vedação ao confisco e territorialidade

70. Assinale a alternativa **correta** sobre o acordo de leniência.

- a. (X) Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.
- b. () O acordo de leniência aceito é considerado causa de extinção de punibilidade da pessoa jurídica causadora de ato lesivo à Administração Pública.
- c. () Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de cinco anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.
- d. () O acordo de leniência exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- e. () O presidente da comissão de processo administrativo poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos lesivos contra a Administração Pública que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo.



FEPESE • Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos
Campus Universitário • UFSC • 88040-900 • Florianópolis • SC
Fone/Fax: (48) 3953-1000 • <http://www.fepese.org.br>